

Conclusões do V Encontro Nacional de Riscos e I Congresso Internacional de Riscos*

Conferências proferidas na Sessão de Abertura e na Mesa Redonda 1, dedicadas à Protecção Civil, Prevenção e Socorro, na óptica, respectivamente, do actual Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil e na dos ex-Presidentes do Serviço Nacional de Bombeiros e de Protecção Civil

Romero Bandeira

221

Conferência de Abertura: Protecção Civil: “Velhas” e “Novas” Missões.

Conferencista: Major-General Arnaldo Cruz.

O Conferencista começou por fazer a conceptualização da Protecção Civil no quadro das Ameaças e Riscos entre outras considerações focou que, de cerca de 500 000 habitantes que a população Portuguesa apresentava no Sec. XV, a mesma sofreu um crescimento exponencial. Se considerarmos uma diminuição de 15% das áreas de gelo e neve, a passagem da Corrente Quente do Golfo. 1 000 milhões de pessoas “apanhadas” em regiões que irão evoluir para zonas de seca. Sem pretender ter uma visão catastrófica podemos, no entanto, considerar que estaremos no limiar de uma nova Glaciação, e concomitantemente estarmos em presença de um aquecimento global da Terra.

Passou de seguida a explicar o Enquadramento da ANPC no que concerne aos seus objectivos estratégicos, bem como aos recursos humanos humanos que possui, na ordem dos 525 interventores; referiu, na continuação da sua palestra, a respectiva estrutura orçamental. Constatou que face aos resultados alcançados, a reserva logística integra cerca de 1500 pessoas, tendo emergido o SIOPS, sigla do Sistema Integrado das Operações de Protecção e Socorro. O número de ocorrências cifrou-se em 742 970 no domínio da Assistência Pré-Hospitalar e em outros domínios contabilizaram-se 115 123 o que releva a todos os títulos o Socorro a Pessoas.

A concluir a sua intervenção desenvolveu um temário específico que fez jus à Intervenção Internacional por parte da ANPC, a colaboração institucionalizada com a Escola Nacional de Bombeiros, bem como uma acção pedagógica de nível Nacional, que se traduziu pela publicação de Cadernos Técnicos Temáticos, organização de Cursos/Formações, Campanhas de Divulgação, bem como a resposta a todo um tipo de atribuições que, por força de lei, lhe são atribuídas. A encerrar a Palestra evidenciou a cooperação Multilateral, bem como os importantes Desafios Futuros que se deparam à ANPC.

Conferência: Protecção Civil: Importância da Análise de Risco na Prevenção, Socorro... e Reabilitação.

Conferencista: Engenheiro J. A. Leal Martins.

O Conferencista começou por chamar a atenção para a suma importância da Análise de Risco, da actualidade face aos recursos que possuímos olhando para os 20 anos passados e projectando nos 20 anos futuros. Focalizou que os Cidadãos devem ser trazidos à Protecção Civil, tendo surgido a 1ª Lei de Bases em 1991, a qual foi posta em causa, tendo o ano de 2003 sido considerado um ano trágico aos níveis Local e Nacional. Que necessidade da criação de Bases Teóricas da Protecção Civil “Não podemos gerir o que não conhecemos” Gestão de Risco (?). ANPC (?) – O porquê desta designação. Os Incêndios Florestais são um problema económico. Falta de Meios ou falta de Planeamento? UK Resilience (Reabilitação versus População). Do séc. XX para XXI – que problemas? H₂O, Protecção e Segurança, Ambiente, temos Riscos e Gestão de Riscos. Necessidade de Prevenção Efectiva, Reabilitação, Mitigação, condicionando um investimento profundo nestas áreas e culminando na necessidade da criação de uma Escola Nacional de Protecção Civil.

Conferência: Os Riscos e o Sistema Europeu de Protecção Civil.

Conferencista: Tenente-General Fernando Manuel Paiva Monteiro.

O Conferencista começou por chamar a atenção para a conceptualização do Sistema, a Cooperação, as Áreas Prioritárias, e a criação, em 1997, do número de Emergência Único – 112. Existência de 20 Centrais de Atendimento Permanente, devendo as mesmas evoluir para centrais Integradas. Publicação de um Manual Operacional de Protecção Civil. Institucionalização de um Mecanismo Europeu de Protecção Civil, sendo a data charneira 11 de Setembro de 2001.

Centro de Informação e Vigilância com a capacidade de mobilização de Equipas com tempo limite de 12 horas, emparelhado com um Sistema de Comunicações de Emergência.

O Conferencista teceu ainda várias considerações acerca do MIC (Monitoring Information Center),

* Atendendo a que nem todas as conferências proferidas e comunicações apresentadas ao V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos serão publicada na *Territorium*, entendemos por bem dar aqui à estampa as respectivas sínteses, apresentadas durante a sessão de encerramento, pelos relatores de cada uma das diferentes sessões.

relevando informações sobre Recursos Médicos, Soros, Vacinas, etc. O ano de 2002, com as cheias na Europa Central, bem como o 2008, com o Sismo da China, fez repensar todo este Sistema, com o investimento na criação de Módulos Comunitários de Intervenção na Protecção Civil. O Tratado de Lisboa é relevante, sendo de evidenciar do mesmo o Título XXI e os Artigos 178, 188a e 188b.

Conferência: A Protecção Civil Municipal.
Conferencista: Dr. Manuel João Ribeiro.

O Conferencista começou por conceptualizar o Serviço Municipal de Protecção Civil, considerando um parente pobre, mas fundamental, com obrigações de resposta, desde desafios globais a acções locais. A aposta na Resposta e não na Prevenção,

condicionando, obviamente, a sua acção. O problema candente da Mitigação. Ausência de Estrutura Hierárquica e Funcional. Coordenação – como? Trata-se um Problema e não de uma Solução. Necessidade de Protocolos de Actuação e de Coordenação. Exigência: Social, Ética, Operacional, Intelectual – praticamente inexistência de Investigação. Serviço Municipal versus Comandante Operacional Municipal, levantando-se a problemática da coordenação ou de comando. Assim sendo passa a ser um Órgão Técnico-Administrativo catalisador e de suporte. O Orador referiu ainda a inexistência de um real Comandante de Operações de Emergência a nível Municipal. A concluir enfatizou acerca da necessidade da criação de Processos de reabilitação e a aposta numa real Cultura de Segurança.

Painéis sobre *Riscos e Catástrofes Naturais* e sobre *Riscos e Catástrofes Antrópicas*

Reflexão pluridisciplinar sobre a dialéctica Homem – Geossistema.

António de Sousa Pedrosa

A promoção do Encontro de Riscos de 2009, o quinto no nosso percurso enquanto Associação Nacional e o primeiro organizado em Portugal a assumir uma dimensão internacional, representou um importante passo em frente na comunicação entre a avaliação técnico-científica dos riscos e a gestão social da exigência de segurança.

Este espaço de diálogo e reflexão ofereceu significativo progresso na consciencialização da importância do rigor e acuidade do diagnóstico e previsão dos processos de risco, enquanto factor condicionante da percepção, dos comportamentos individuais e colectivos, da actuação dos responsáveis institucionais, na esfera político – administrativa, e, em última análise, como condição essencial ao sucesso do Sistema Nacional de Protecção Civil.

Tendo sido designado moderador e relator dos painéis dedicados à temática dos riscos e catástrofes, como manifestação directa da dinâmica do meio físico ou como consequência da intervenção do Homem, senti-me sobretudo parte de uma audiência atenta, motivada pela existência de um contexto privilegiado de intercâmbio, movida pela vontade de evoluir no seu entendimento do fenómeno complexo do risco e das suas relações com a sociedade.

Enquanto membro desta audiência e realizando há já longos anos investigação no domínio das ciências cindínicas, foi com grande satisfação que constatei o pluralismo que cada vez mais caracteriza

o interesse académico, social e político sobre a compreensão e a gestão dos riscos.

Pluralismo patente na representação das mais diversas áreas disciplinares, na presença dos mais importantes actores intervenientes no processo de gestão dos riscos, na multiplicidade de problemáticas e de abordagens apresentadas ao longo destas duas produtivas sessões, que reuniram 28 comunicações orais, reflectindo os resultados de trabalhos de investigação aplicada, na sua maioria, mas também alguns ensaios de índole epistemológica e/ou conceptual.

Este não foi um congresso exclusivo de geógrafos, este foi um encontro em que a Geografia, como ciência agregadora de todas aquelas que estudam os fenómenos terrestres e como ciência de fronteira, convocou o contributo de todos os envolvidos neste grande desafio que é a procura de soluções de compromisso entre as dinâmicas naturais e as lógicas de apropriação antrópica do espaço, ditadas por premissas e interesses socioeconómicos, muitas vezes, antropocêntricos.

As duas sessões a que tive o privilégio de assistir reuniram valiosas comunicações cuja amplitude permitiu uma ampla reflexão sobre as duas grandes dimensões do risco: a susceptibilidade e a vulnerabilidade, consideradas, recorrentemente, segundo uma análise integradora, a qual revela a maior pertinência.

Sublinhe-se ainda que os trabalhos expostos abordaram, de forma quase exaustiva, as diferentes

etapas do processo de gestão de riscos naturais, desde a fase de diagnóstico, passando pela fase de prevenção, pela resposta às situações de crise até à mitigação dos danos causados no pós-catástrofe.

No painel Riscos e Catástrofes Naturais, foram exemplares os estudos que concentraram os seus esforços na tentativa de previsão e modelação dos processos de risco, sejam de ordem hidrogeomorfológica, tais como as inundações ou os movimentos de vertente, sejam relacionados com os paroxismos climáticos ou os fenómenos atmosféricos excepcionais ou ainda processos relacionados com a geodinâmica interna, designadamente com as implicações de manifestações neo-tectónicas.

Num outro patamar, elogio o sentido de oportunidade e de consciência cívica e ambiental dos investigadores que, denunciando os seus casos concretos, problematizaram a relação dos riscos com o planeamento e ordenamento do território, as desigualdades socioeconómicas e as opções político-administrativas. É urgente que colectivamente sejamos capazes de assumir a nossa responsabilidade comum na produção do risco e no agravamento da nossa própria vulnerabilidade. Os numerosos casos de estudo apresentados não deixaram margem para dúvida quanto ao papel crucial desempenhado pelo Ordenamento do Território enquanto instrumento de prevenção do risco, potenciando uma coexistência de equilíbrio entre as actividades humanas e o normal funcionamento dos sistemas naturais.

Gostaria de deixar uma particular palavra de incentivo e agradecimento aos participantes afectos a entidades directamente adstritas à Protecção Civil, que nos fizeram chegar a visão pragmática de quem procura a eficácia no socorro de emergência.

Na qualidade de Vice-Presidente da Direcção da *Riscos, Prevenção e Segurança* vos pertence também, incitando-vos a perseverar numa postura pró-activa neste campo de batalha que é a prevenção de catástrofes.

É hoje que podemos reduzir os riscos que nos afectarão amanhã. É à escala local que podemos tomar medidas concretas que nos permitirão reduzir a nossa exposição a processos potencialmente perigosos, modificando a nossa forma de relacionamento com o território, de utilização dos recursos naturais, em suma, de organização funcional e transformação do espaço geográfico.

Reconhecendo a sabedoria prática do nosso mentor, Professor Fernando Rebelo, concluo com uma citação do seu artigo recentemente publicado na última edição da revista TERRITORIUM *“um novo olhar sobre os riscos é (...) um olhar mais voltado para o Homem na sua cidade e na sua região, a curto prazo, do que para as visões catastróficas que alguns fazem para o médio e o longo prazo.”*

É na perspectiva deste olhar, próximo à dinâmica de cada geossistema, à realidade de cada município e de cada região, que a RISCOS pretende assumir a sua responsabilidade científica, social e política na gestão de riscos naturais e tecnológicos em Portugal.

Painel sobre *Riscos e Catástrofes Mistas*

Fantina Tedim

No painel “Riscos e Catástrofes Mistas” do V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos foram apresentados trinta trabalhos de investigadores portugueses, brasileiros e chilenos.

A proveniência dos conferencistas expressa o envolvimento de um grande número de instituições, não só de ensino superior como de organismos públicos e entidades privadas, o que evidencia o interesse pela temática dos Riscos de um cada vez maior número de actores, mas também materializa o crescente envolvimento entre os investigadores e os decisores políticos. Reflecte, igualmente, que os investigadores procuram participar na identificação dos problemas da sociedade e, assim, contribuir para a sua resolução mas, também que os decisores políticos reconhecem a necessidade da ciência para suportar a definição de políticas públicas. A integração da ciência e da prática de um modo

interactivo ficou patente não apenas pelas temáticas abordadas mas também através da colaboração expressa na autoria de algumas comunicações. Esta parceria entre investigadores e operacionais (agentes do socorro, decisores políticos) é, em nossa opinião muito importante para o desenvolvimento de uma gestão mais eficaz dos riscos. Alargar o diálogo e a cooperação contribuem para a construção de uma cultura de segurança.

É de realçar que ao lado de investigadores devidamente credenciados no meio científico nacional e internacional, pudémos assistir à apresentação de trabalhos de jovens investigadores realizados no âmbito da sua formação pós-graduada ou mesmo ao nível da formação ainda no 1º ciclo. O confronto entre a experiência dos “mais velhos” e do entusiasmo e da audácia dos “mais novos” contribuiu, sem dúvida, para um debate interessante e amplamente positivo.

Solidificaram-se as bases para a introdução de novos paradigmas na gestão dos riscos e das catástrofes em Portugal.

A análise do conteúdo das comunicações revelou que apenas quatro não abordaram especificamente qualquer risco. Por um lado, focaram-se em aspectos metodológicos relacionados, com a criação de bases de dados e a infra-estruturação de dados espaciais (PELLEGRINA *et al.*; CARVALHO) assim como com a utilização do cadastro territorial (AMORIM e SOUSA), evidenciando as suas mais-valias na gestão de riscos. Por outro, foi apresentada a Estratégia Internacional para a Redução das Catástrofes (RODRIGUES) para se compreender o enquadramento das opções políticas nacionais nos compromissos assumidos internacionalmente.

As restantes palestras apresentaram estudos de caso, fundamentalmente centrados na análise de um risco, sendo os enfoques multirrisco em muito menor número. As escalas territoriais adoptadas oscilaram entre pequenas comunidades locais, municípios, áreas urbanas e metropolitanas até ao contexto estatal.

O risco mais representado foi os incêndios, mas apenas dois dos trabalhos versaram sobre os de origem urbana. Um na perspectiva da definição de uma metodologia de avaliação do risco (BRUNO) e um outro sobre as intoxicações associadas à inalação de fumos (ROMERO *et al.*).

Foram catorze as comunicações que abordaram os incêndios florestais embora focalizando-se em aspectos muito diversos, desde a avaliação do risco até aos impactes da sua manifestação e eficácia de diferentes procedimentos de reabilitação.

Ao nível dos instrumentos de apoio à gestão salienta-se o trabalho de BUGALHO *et al.* sobre a validação do Índice Combinado de Incêndio florestal (ICRIF) que comprovou a sua grande utilidade operacional, como instrumento de apoio à decisão no combate aos incêndios florestais. Em face da importância que os ventos têm nas condições de propagação dos incêndios FERNANDES e TALAIA apresentaram um método para determinar, de um modo simples e rápido, a orientação, sentido e intensidade a partir das cartas meteorológicas de superfície. Já SATURNINHO *et al.* evidenciaram a importância da modelação como ferramenta de apoio à prevenção e supressão dos incêndios florestais.

Sobre a identificação das áreas de risco máximo LEITE *et al.* propuseram o método de avaliação do padrão de recorrência anual de incêndios florestais.

Sobre as causas de incêndios florestais GONÇALVES *et al.* exemplificaram a influência da desestruturação do mundo rural no aumento do número de ignições enquanto que LOURENÇO *et al.* se debruçaram sobre o risco de ignição associado a linhas de caminho-de-ferro.

A influência do ordenamento florestal na prevenção de incêndios florestais também foi focada, nomeadamente ao nível das escolhas de povoamentos, mas também na potenciação de formas tradicionais de propriedade. De facto, não devem ser menosprezadas as potencialidades dos baldios na prevenção dos incêndios florestais através de uma gestão eficaz (CARVALHO).

Face à expansão das áreas de interface urbano-rural VIEIRA *et al.* propuseram como metodologia para a sua identificação a tipologia das freguesias do INE/DGOTDU, no entanto, salientaram a diversidade de características da realidade encontrada na área de estudo.

Os impactos dos incêndios nas zonas de interface foram abordados por CARVALHO *et al.* que a partir da análise dos elementos expostos apresentaram o que designaram por índice de perigosidade das estruturas. Já CASTILLO *et al.* identificaram os impactos territoriais nas formações vegetais e nas infra-estruturas. Embora não se focalizando especificamente nas áreas de interface urbano-rural, outras comunicações mencionaram, igualmente, os impactes dos incêndios. QUINTANILLA focou-se nas alterações na densidade e composição florística dos povoamentos florestais. VIEIRA *et al.* analisaram a aplicabilidade de dois modelos de erosão (a Equação Universal de Perda do Solo e o modelo Morgan-Morgan-Finney) na avaliação do risco de erosão. Este foi também objecto de análise de LOURENÇO que a partir de um estudo de caso identificou boas e más práticas de redução da actividade erosiva após incêndios florestais.

Ainda sobre incêndios florestais convém referir que FERREIRA e TALAIA abordaram o stress térmico associado ao combate.

As restantes comunicações versaram sobre outros riscos e adoptaram perspectivas diferentes. Duas delas focalizaram-se na avaliação da eficácia das formas de mitigação do risco de erosão costeira que nas últimas décadas têm sido implementadas em vários sectores da costa portuguesa (SANTOS; ANDRÉ e CORDEIRO).

Já MARTINS, a propósito das ilhas de Santo Antão e São Vicente, em Cabo Verde, analisou o processo de desertificação e propôs formas de mitigação, pois é elevada a vulnerabilidade dos sistemas de produção local.

OLIVEIRA e GOBI *et al.* focalizaram-se na avaliação dos riscos de movimentos de massa e de inundação que estão associados à expansão urbana e às transformações da paisagem.

Nos trabalhos já referidos para além de terem sido apresentados métodos diferentes de avaliar os riscos também, mais ou menos explicitamente, foram identificadas formas de prevenção e mitigação. Mas

como demonstrou FREIRIA *et al.* a gestão dos riscos naturais deverá ser considerada no processo de ordenamento territorial.

O trabalho de FIDALGO e RODRIGUES versou a susceptibilidade de infra-estruturas não apenas a riscos naturais mas também tecnológicos, sendo a tónica colocada na elaboração de planos de emergência e da organização do socorro.

Os riscos para a saúde respiratória da população resultante da poluição do ar associada à actividade industrial foram objecto do estudo apresentado por BARROS e FRAIFELD.

No contexto de uma metrópole brasileira ORTIGOZA e LOMBARDO avaliaram os impactos sociais e ambientais associados ao consumo na perspectiva de contribuir para a definição de políticas públicas mais respeitadoras da preservação ambiental e também das expectativas e desejos dos cidadãos.

Na comunicação de OLIVEIRA e LÉ foram analisados os riscos associados à actividade florestal tendo os autores concluído que uma abordagem integrada é a melhor forma de se promover uma gestão florestal eficiente. Realçaram, igualmente, a importância de na óptica de se procurarem soluções inovadoras de mitigação dos riscos, se implementarem parcerias entre os promotores do conhecimento e os que buscam soluções para rentabilizar a sua actividade económica.

Em termos conclusivos podemos salientar que as comunicações apresentadas lançaram para discussão vários aspectos mas, primeiramente ficou bem demonstrado, que a interacção dos sistemas natural, social, económico, político e cultural está na base da causalidade e dos impactos dos riscos e catástrofes. Perspectivar estas relações no quadro da teoria geográfica do risco ou de outros enquadramentos teóricos é, sem dúvida, um contributo fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois na perspectiva do actual paradigma das catástrofes estas reflectem problemas de desenvolvimento.

Sob o ponto de vista metodológico gostaríamos de realçar a importância atribuída à constituição, estruturação e gestão de bases de dados, assim como à procura das variáveis mais adequadas à análise, em vez de condicionar esta às disponibilidades de informação. Foi muito realçada e demonstrada a utilização dos Sistemas de Informação Geográfica, não apenas na gestão de informação e de produção de cartografia, mas também na análise e avaliação de riscos, na modelação, assim como na gestão do risco e da emergência. Convém, ainda, acrescentar a sua utilidade na avaliação de procedimentos e na reformulação de políticas.

Os estudos apresentados propuseram temáticas diversificadas em que a avaliação e cartografia do risco foram importantes, utilizando não só

metodologias qualitativas mas também quantitativas. Embora estas últimas possam ser mais apelativas e ter mais impacto no público, os métodos qualitativos continuam a ter espaço e pertinência na investigação.

Face aos diferentes contextos territoriais utilizados nos trabalhos apresentados podemos concluir que não há uma escala por excelência para avaliar os riscos. Esta depende fundamentalmente dos objectivos dos estudos. Todavia consideramos que na óptica dos riscos naturais e mistos as escalas local e regional serão as mais adequadas para empreender a avaliação e a implementação das medidas de prevenção e mitigação.

A riqueza das análises e dos resultados da investigação apresentados neste evento ficou patente perante todos os que nele participaram, mas importa que se dê um passo em frente de modo a consolidar um corpo teórico na avaliação e na gestão dos riscos em Portugal. Nas comunicações que abordaram estudos de caso não esteve patente um carácter meramente descritivo e interpretativo mas também de sistematização, fundamental para se construir um quadro teórico de referência, onde o papel das componentes gerais dos processos e as que têm uma natureza contextual sejam devidamente compreendidas e equacionadas.

A integração dos conceitos de incerteza, de vulnerabilidade enquanto componente do risco, assim como de resiliência foram talvez pouco a floradas mas merecerão certamente maior investigação no futuro. Também a dimensão humana dos riscos naturais deverá ser mais profundamente explorada, nomeadamente porque têm implicações na sua gestão e manifestação.

De facto, os riscos naturais são processos socio-ambientais. É a sociedade que transforma processos físicos em riscos.

Os estudos de caso apresentados focalizaram-se numa escala territorial e procuraram validar a metodologia adoptada. Mas aqui coloca-se a questão da aplicabilidade destes métodos noutras escalas geográficas assim como dos procedimentos que tornam possível essa transferência. Mais investigação seria aconselhável, neste contexto.

Ao nível da definição de políticas ligadas à prevenção e mitigação dos riscos, assim como à reabilitação após a sua manifestação, gostaríamos de realçar dois aspectos que consideramos importante fazer parte da agenda da investigação científica nacional: um maior envolvimento das comunidades locais na gestão dos riscos e na definição de políticas, assim como uma maior adequação das políticas às especificidades locais (ecológicas, geográficas, sociais, económicas, culturais). Advoga-se assim a substituição do tradicional paradigma por uma abordagem ascendente ("bottom-up").

Quando se pensa na gestão de riscos são várias as opções de acção disponíveis: Eliminar, Resistir, Adiar, Adaptar. Mas estas efectivam-se em duas escalas: a do indivíduo e a dos decisores políticos quer sejam entidades autárquicas ou do poder central. Ao nível individual as escolhas dependem de vários factores que condicionam a percepção do risco, a responsabilidade social, a capacidade de preparação e de acção. Ao nível político depende das prioridades, dos valores, mas também do conhecimento que a comunidade científica produz. Independentemente das opções políticas, aos investigadores é pedido que contribuam para o

conhecimento das dinâmicas dos processos e criem teorias que suportem as opções políticas.

O I Congresso Internacional de Riscos constituiu uma plataforma de expressão de opiniões, partilha de experiências, demonstração de conhecimento. Mas, ao envolver pessoas com formações académicas diversas e profissionais desempenhando tarefas não menos diversas na área da protecção civil, reforçou a parceria crescentemente desejada entre a ciência e a política pública.

É tempo de prosseguir caminho consciente da solidez do que já foi feito e dos desafios que será preciso enfrentar.

Conferências proferidas na Mesa Redonda II, subordinada ao tema: A organização do socorro na transição de milénios, na perspectiva dos ex-Presidentes do Serviço Nacional de Bombeiros.

Albano Ribeiro de Almeida

Conferência: Um Risco no Futuro

Conferencista: Insp. João Francisco Lima Cascada

O conferencista começou por referir as vozes que, na altura, se levantaram para exprimir a necessidade de que, para a coordenação e apoio à estrutura de bombeiros, seria necessária a existência de um Departamento do Estado que pudesse exercer essa tutela.

Dáí nasceu um Congresso de Bombeiros que, nessa data, já apontava para a criação de um Serviço Nacional de Bombeiros, com uma estrutura central directamente dependente do Ministério da Administração Interna e com Delegações Regionais, apoiadas no quadro plano da Divisão Administrativa.

Em consequência surgiu diversa legislação que satisfazia estes objectivos, cujo diploma mais importante foi o Decreto-Lei n.º 418/80.

As Inspeções Regionais passaram a ter existência plena a partir de 1982, começando por ter três grandes objectivos: formação, organização e equipamento dos corpos de bombeiros.

Pode considerar-se que a formação foi a grande revolução dos bombeiros, os quais tiveram como principais instrutores os próprios inspectores regionais que, para sua própria formação, se deslocaram a vários países, especialmente aos Estados Unidos da América.

Esta nova organização deu lugar a várias controvérsias e surgiram vários obstáculos, pela perda de algumas competências das Direcções das Associações, mas que o tempo resolveu positivamente face aos resultados que se foram obtendo.

O Serviço Nacional de Bombeiros foi melhorando a sua actuação, quer pela selecção nos seus quadros dirigentes quer pelas alterações profundas que se

verificaram nas suas estruturas operacionais, especialmente com a criação de uma verdadeira hierarquia de comando.

Depois, esta acção de transformação não teve continuidade ou, mais tarde, teve-a de outra maneira, com o aparecimento, nesta estrutura, do Serviço Nacional de Protecção Civil.

Conferência: Protecção Civil, Prevenção e Socorro. Uma experiência e um testemunho

Conferencista: Cons. Júlio Henriques

O conferencista começou por referir a sua experiência com Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra e, nessa qualidade, a de responsável pela protecção civil municipal, a qual conta como principal agente o Corpo de Bombeiros local, sem desprimor dos outros agentes de protecção civil.

Assim, assistiu às transformações nos corpos de bombeiros surgidas com o aparecimento da inspecção regional e, através da sua participação em várias reuniões com o inspector, prestou colaboração nas grandes modificações que os bombeiros estavam a sofrer, tais como a formação e os novos equipamentos, na medida em que também exigiam das câmaras municipais um certo apoio percentual, em relação ao respectivo custo.

Mais tarde veio a ter outras experiências, sempre do mesmo género, a nível do distrito de Leiria, na qualidade de Governador Civil, as quais apenas variaram pelo envolvimento de maior número de corpos de bombeiros em transformação.

Teve, ainda, outras experiências nestas matérias, quando foi chamado para Presidente do Serviço

Nacional de Bombeiros, já numa fase avançada das grandes reformas iniciadas em 1982.

Tem para si que, ainda hoje, os corpos de bombeiros em Portugal deveriam ser repensados, fazendo-se um estudo profundo, de modo a conjugar o número e o tipo de riscos com o número de corpos de bombeiros e a respectiva especialização, em função da sua distribuição geográfica.

Por último, pensa que, por um lado, há deficiência de especializações, e, por outra parte, há uma distribuição de corpos de bombeiros que não corresponde aos riscos respectivos, o que causa, naturalmente, custos e eficiência não ajustados.

Conferência: A formação dos bombeiros ao longo do séc. XX e nos primórdios do séc. XXI

Conferencista: Eng.º José Barreira Abrantes

O conferencista percorreu muitas funções na Liga dos Bombeiros Portugueses e no Serviço Nacional de Bombeiros, além de ter sido Comandante dum Corpo de Bombeiros, tendo dissertado sobre a formação passada, referindo nomes de alguns daqueles que chamou de “grandes bombeiros”, porque transmitiram conhecimentos de novas descobertas técnicas para os bombeiros, muitas vezes adaptando às circunstâncias os poucos conhecimentos que sobre a matéria existiam.

Porém, depois, falou sobre o futuro dos bombeiros que considerou dever começar já hoje, uma vez que as exigências são outras e os conhecimentos têm de ser muito mais profundos e abrangentes. Considerou que a Escola Nacional de Bombeiros foi uma conquista grande para a formação dos bombeiros, mas referiu também que essa Escola deverá ter grandes exigências de rigor para melhor preparação técnica dos bombeiros.

Enalteceu a acção dos bombeiros referindo que merecem a confiança dos munícipes e é nas suas intervenções que se devem fazer realçar as suas capacidades desempenhadas normalmente com muito entusiasmo e dedicação.

Acrescentou que a Escola deve ser única para profissionais e voluntários, um lugar privilegiado de formação profissional e cultural dos bombeiros e de todos os outros agentes de protecção e socorro, local esse onde a produção de documentos técnicos, acessíveis a todos, e de estudos permanentes sejam fluidos e um dos seus principais objectivos.

Só assim os bombeiros, beneficiando da formação dada nessa Escola, como homens de bem e de confiança, de conhecimentos e de acção, podem fazer a ponte entre o passado e o presente e, assim, garantir o respeito dos portugueses.

Conferência: O socorro e a sua organização. Funções dos Municípios e dos Corpos de Bombeiros - Subsídios para o estudo da sua evolução nos últimos cinquenta anos

Conferencista: Eng.º José António Laranjeira

A intervenção deste conferencista, publicada na íntegra nesta revista, fez uma resenha histórica da evolução que a estrutura bombeiros teve ao longo dos séculos, evolução essa baseada em homens bons das comunidades nos quais se incluíam os nomes históricos de alcaides, almotacéis, vereadores, ... até, a partir de 1832, aos presidentes das câmaras, dando sempre relevo à acção das autarquias locais, por serem as entidades públicas que mais rapidamente podiam actuar, em caso de manifestação do risco, ou seja, de acidente e catástrofe, por serem elas as que estão mais próximas das pessoas.

Depois fez a diferenciação entre os bombeiros voluntários, estes das associações de bombeiros, e os dos municípios e das empresas, constituídos por profissionais ou por corpos mistos.

Explicou a orgânica de uns e de outros e depois falou na integração e no trabalho conjunto deles. Falou muito sobre os aspectos que chamou do grande fosso entre as várias organizações de bombeiros, fosso esse que se manifesta mais profundo no estabelecimento de meios, humanos e materiais, e dos riscos existentes em cada área.

Mencionou também as reforma que os bombeiros sofreram nos tempos recentes com o aparecimento do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros e dos desfasamentos dessas legislações recentes.

A talhe de foice e para concluir enalteceu o aparecimento das Associações Humanitárias, referindo que a primeira delas nasceu em 1868.